

Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



Odontologia legal

O ENSINO DA ODONTOLOGIA LEGAL NAS FACULDADES BRASILEIRAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

The teaching of forensic dentistry in Brazilian universities: a literature review.

Laylana Almeida de Carvalho CAVALCANTE¹, Adylla Bianca Coelho FORTE¹.

1. Faculdade Edufor, São Luís, Maranhão, Brasil.

Informações sobre o manuscrito:

Recebido: 14 de dezembro de 2024.
Aceito: 10 de fevereiro de 2025.

Autor(a) para contato:

Laylana Almeida de Carvalho CAVALCANTE
Av. São Luís Rei de França, 19 - Turu
São Luís – MA, Brasil. 65065-470
E-mail: laylanaaccavalcante@gmail.com.

RESUMO

A Odontologia Legal é uma especialidade indispensável na formação de cirurgiões-dentistas, capacitando-os para atuar de forma ética, técnica e jurídica. Este estudo realizou uma revisão de literatura para avaliar como os cursos de Odontologia no Brasil incorporam essa disciplina em suas grades curriculares, considerando aspectos como carga horária, formação dos docentes, modalidades de ensino (presencial ou a distância) e alinhamento com as diretrizes da Associação Brasileira de Odontologia Legal (ABOL). Os resultados indicam que, embora a maioria das instituições de ensino superior ofereça a disciplina, ainda há disparidades em relação à carga horária recomendada e à padronização dos conteúdos programáticos. Além disso, a presença de docentes especializados continua sendo um desafio significativo, o que pode comprometer a qualidade do ensino e sua aplicabilidade prática. A integração da Odontologia Legal com outras disciplinas, como Ética e Bioética, embora comum, pode limitar o aprofundamento necessário para uma formação robusta. Este estudo destaca a necessidade de políticas educacionais mais consistentes e da adequação dos currículos para garantir que os profissionais estejam plenamente preparados para desafios forenses e jurídicos. Assim, reforça-se a importância de uma formação abrangente que contribua para a atuação ética e técnica dos cirurgiões-dentistas no contexto contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Odontologia legal; Currículo odontológico; Diretrizes curriculares.

INTRODUÇÃO

O ensino de Odontologia Legal no Brasil é essencial na formação de cirurgiões-dentistas, refletindo a intersecção entre a odontologia e a Justiça. A especialidade aborda aspectos técnicos das perícias odontológicas, como a confecção e administração de laudos periciais, garantindo a conformidade com

normas legais e padrões, orientação da atuação profissional, responsabilidades legais e morais, Código de Ética profissional, preservação de evidências, entre outros. Seus ensinamentos resultam em profissionais tecnicamente competentes, responsáveis e éticos, capazes de contribuir significativamente com a justiça¹.

O reconhecimento da Odontologia Legal como especialidade essencial é demonstrado pelo seu papel fundamental nos exames cadavéricos e in vivo, sendo aceita mundialmente como ferramenta confiável para diversas modalidades periciais, como a identificação humana, a estimativa de idade e a valoração do dano corporal pós-traumático. A crescente demanda por perícias nos últimos anos também proporcionou maior notoriedade à Odontologia Legal, com destaque nos âmbitos policial e acadêmico. Consequentemente, houve um incentivo na busca por conhecimento nesta especialidade, promovendo um aumento no número de profissionais atuantes².

A Odontologia Legal surgiu como especialidade em 1969, através de uma portaria do extinto Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia (SNFO). Em 1978, o Conselho Federal de Odontologia (CFO) estabeleceu as primeiras normas para os cursos de especialização, possibilitando a estruturação de um currículo com conhecimentos mínimos para a formação de especialistas aptos a atuarem em diversas áreas da Odontologia Legal, não se limitando apenas à identificação cadavérica³. Desde então, a disciplina tem evoluído significativamente, sendo incorporada nos currículos das instituições de ensino superior, essencial para a capacitação de profissionais que atuam em contextos forenses e jurídicos⁴.

O reconhecimento da Odontologia Legal como uma disciplina obrigatória nos cursos de graduação e na pós-graduação reflete sua importância na formação do cirurgião-dentista moderno. Com diretrizes

estabelecidas pela Associação Brasileira de Odontologia Legal (ABOL), as instituições são incentivadas a incluir essa disciplina em suas grades curriculares, garantindo que os futuros profissionais estejam preparados para enfrentar os desafios da prática forense⁵. Essa integração curricular não apenas enriquece o conhecimento técnico dos alunos, mas também fortalece o papel da odontologia na sociedade contemporânea, onde questões legais e científicas frequentemente se entrelaçam.

A busca por artigos foi realizada nas bases de dados Medline/PubMed, SciELO e LILACS, cobrindo o período de 2019 a 2024. Foram selecionados estudos originais, revisões de literatura e artigos científicos que tratam diretamente do ensino da Odontologia Legal ou da aplicação da disciplina na prática odontológica e forense.

Os critérios de inclusão consideraram publicações entre 2019 e 2024, estudos originais e revisões que abordam o ensino ou a prática de Odontologia Legal, assim como artigos publicados em português, inglês e espanhol. Já os critérios de exclusão são: não tratar diretamente do ensino ou da aplicação dessas disciplinas, artigos incompletos, sem revisão por pares, ou que não abordassem a formação acadêmica e profissional dos cirurgiões-dentistas.

Para a busca de informações nas bases de dados, foram utilizados os seguintes descritores: "Odontologia Legal", "Ensino de Odontologia", "Formação Forense" e "Perícia Odontológica". A análise dos dados foi realizada de forma

qualitativa, por meio de uma leitura crítica das referências selecionadas, com foco na relevância dos achados para a formação acadêmica e a prática forense. Os resultados serão apresentados de forma descritiva, complementados por tabelas que resumem as principais informações sobre a evolução curricular e o impacto dessas disciplinas no contexto jurídico e acadêmico.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma revisão de literatura para avaliar como as faculdades de odontologia no Brasil estão em relação à disciplina de Odontologia Legal. A análise incluirá o cumprimento da carga horária, a formação do professor responsável pela cadeira, a modalidade da

disciplina (presencial ou a distância), entre outros aspectos relevantes.

REVISÃO DE LITERATURA

Foram analisados seis artigos, os quais estão descritos no Quadro 1, que investigaram a presença e as características da disciplina de Odontologia Legal nos currículos de cursos de graduação em Odontologia em diferentes regiões do Brasil. Esses estudos apresentaram abordagens variadas, como análise documental, estudos descritivos e transversais, permitindo compreender a evolução e a adequação da disciplina às diretrizes propostas por entidades como a Associação Brasileira de Odontologia Legal (ABOL).

Quadro 1 – Revisão de literatura especificando o objetivo do estudo, metodologia e principais achados.

AUTOR(ES)/ANO	OBJETIVO DO ESTUDO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS ACHADOS
Pinto et al. (2021) ⁶	Realizar um levantamento histórico dos componentes curriculares da área de Odontologia Legal da FORP-USP e analisar o desenvolvimento de suas ementas disciplinares.	Pesquisa documental com abordagem descritiva e qualitativa dos dados da estrutura curricular entre 1962 e 2019.	A disciplina de Odontologia Legal está presente na FORP-USP desde 1962 e se manteve vigente, com modificações e criação/extinção de disciplinas. O estudo permitiu observar a evolução da área, em metodologias, conteúdos e diversificação de material bibliográfico.
Faria et al. (2021) ⁴	Verificar se os cursos de Odontologia da região sudeste brasileira apresentam a disciplina de Odontologia Legal em sua grade curricular e avaliar suas características.	Estudo transversal de base documental, analisando matrizes curriculares de IES da região sudeste com acesso online às grades curriculares.	79,1% das IES da região sudeste possuem a disciplina de Odontologia Legal, majoritariamente obrigatória (99%) e teórica (95%). A carga horária média é de 50,05h, inferior à recomendação da ABOL (60h).

Tavares Junior et al. (2021) ⁵	Verificar a presença da disciplina Odontologia Legal entre os cursos de Odontologia ativos no Brasil.	Estudo quantitativo, observacional, descritivo e transversal, com dados do portal e-MEC e sites institucionais.	81% dos 464 cursos ativos de Odontologia no Brasil disponibilizam a grade curricular online. Desses, 86,8% incluem a disciplina de Odontologia Legal, geralmente ofertada de forma conjunta com Ética e Bioética, com carga horária média de 55,8h.
Araújo et al. (2023) ⁷	Verificar se as escolas de Odontologia de Santa Catarina se adequaram às diretrizes da ABOL para o ensino de Odontologia Legal.	Análise documental de projetos pedagógicos, matrizes curriculares e ementas de disciplinas de 14 IES de Santa Catarina.	Todas as 14 IES ofertam disciplinas com conteúdo de Deontologia, Diceologia e Orientação Profissional, enquanto 13 ofertam Odontologia Legal. A maioria tem carga horária inferior às 60h recomendadas pela ABOL. Nenhuma IES se adequou completamente às diretrizes.
Castelan et al. (2024) ⁸	Analisar os currículos de Odontologia do Paraná, verificando a adequação às diretrizes da ABOL e ABENO para o ensino de Odontologia Legal.	Pesquisa descritiva e análise documental de dados de IES do Paraná cadastradas no e-MEC, coletados entre junho e agosto de 2021.	Todas as 30 IES analisadas possuem ao menos uma disciplina de Odontologia Legal, com carga horária média de 60,1h, inferior à recomendação da ABOL/ABENO. A maioria (86,7%) oferece apenas uma disciplina, contrariando as diretrizes.
Costa, Martins e Oliveira (2019) ⁹	Avaliar a adequação dos currículos dos cursos de graduação em Odontologia de Minas Gerais às diretrizes da ABOL para o ensino de Odontologia Legal.	Análise documental dos currículos de 37 IES de Minas Gerais, verificando a presença e as características da disciplina de Odontologia Legal.	Das 37 IES, apenas duas se adequam totalmente às diretrizes da ABOL, oferecendo disciplinas separadas para Ética e Odontologia Legal com carga horária mínima de 60h cada. A maioria das IES ainda não adaptou seus currículos, evidenciando a necessidade de aprimoramento na formação em Odontologia Legal.

DISCUSSÃO

Os resultados apontam que a Odontologia Legal exerce papel fundamental na formação dos cirurgiões-dentistas, sendo uma especialidade que transcende o campo clínico para integrar conhecimentos éticos, bioéticos e legais essenciais à prática profissional. Essa abrangência permite ao cirurgião-dentista atuar com responsabilidade e segurança em contextos que envolvem perícias, identificação humana e interpretação de provas para fins legais, conforme descrito na literatura¹⁰.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Odontologia de 2002, e posteriormente atualizadas em 2021, reforçaram a importância da Odontologia Legal na formação dos cirurgiões-dentistas. As DCN preconizam que o egresso deve ser capaz de aplicar conhecimentos éticos, bioéticos e legais na prática profissional⁴.

As DCN para o curso de graduação em Odontologia, de fato, não estipulam uma carga horária específica para a Odontologia Legal nem a caracterizam como disciplina obrigatória. Contudo, ao abordar os conteúdos programáticos das Ciências Odontológicas, o documento reconhece a importância da área ao incluí-la no item IX: "dos conceitos de perícias odontológicas e auditorias, assim como das exigências legais para instalação e gestão do funcionamento de um consultório odontológico". A intenção das DCN, nesse sentido, é a de habilitar o futuro cirurgião-dentista com o conhecimento sobre perícias odontológicas e auditorias, bem como familiarizá-lo com as exigências

legais para a instalação e gestão de um consultório, aspecto intrinsecamente ligado à Odontologia Legal¹¹.

A Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal (ABOL), em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), elaborou diretrizes específicas para o ensino da Odontologia Legal na graduação, recomendando uma carga horária mínima de 60 horas, distribuídas em dois semestres, e a abordagem de temas como Deontologia e Diceologia, perícias, identificação humana e legislação¹².

Apesar dos avanços, a disciplina ainda enfrenta desafios, como a carga horária insuficiente, a falta de padronização do nome da disciplina, a expertise acadêmica do docente e a adequação do conteúdo programático⁴. Estudos recentes apontam que a maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) da região Sudeste e Sul não cumprem a carga horária mínima recomendada pela ABOL, o que reforça a necessidade de adequação dos currículos para garantir uma formação mais completa aos futuros profissionais⁸.

No Norte e Nordeste do Brasil, a escassez de estudos e iniciativas na área de Odontologia Legal reflete uma lacuna significativa. Apesar de a disciplina estar presente na maioria das grades curriculares das universidades brasileiras, poucos trabalhos investigam sua aplicação prática nessas regiões, o que limita o avanço do conhecimento e adaptações locais. Novas pesquisas seriam vitais para compreender as especificidades regionais e fortalecer a formação acadêmica e profissional nessas áreas, especialmente

devido à diversidade cultural e jurídica envolvida⁶.

Um estudo realizado com graduandos em Odontologia da UFPB revelou um conhecimento mediano e um alto interesse em Odontologia Legal, independentemente de terem cursado ou não as disciplinas específicas. Após a aplicação de questionários, o interesse pela área aumentou significativamente. Contudo, menos de 50% dos estudantes demonstraram intenção de seguir carreira na área, motivados principalmente pela identificação com a área e pela expectativa de boa remuneração. O estudo também apontou que muitos estudantes associam a Odontologia Legal apenas à identificação humana e investigação criminal, e que o contato tardio com a parte prática da disciplina pode influenciar o interesse pela área¹³.

A integração da Odontologia Legal com Bioética e Ética Profissional é comum e, teoricamente, permite um ensino interdisciplinar. No entanto, tal abordagem pode diluir conteúdos específicos, prejudicando a compreensão plena de cada área, especialmente se ministrada sem professores especializados. A presença de docentes com experiência em Odontologia Legal é indispensável, pois traz profundidade ao ensino, vinculando teoria e prática de maneira clara e direta. Estudantes expostos a conteúdos ministrados por especialistas têm mais chances de compreender a aplicabilidade prática da matéria, como no manejo de casos de perícia ou ética profissional¹⁴.

A relevância de um professor especialista em Odontologia Legal também

se reflete na capacidade de adaptar o ensino às necessidades do mercado, especialmente em um cenário onde questões jurídicas na saúde estão em crescimento. Assim, garantir profissionais qualificados para ministrar essa disciplina pode ser determinante para a excelência da formação acadêmica e da atuação profissional no país¹⁴.

A recomendação de uma carga horária mínima pela ABOL visa garantir uma formação mais abrangente, com temas que incluem a Deontologia, perícias e identificação humana, essenciais para o exercício ético e responsável da profissão. No contexto da odontologia, a deontologia trata dos deveres e obrigações éticas dos profissionais da saúde bucal, estabelecendo princípios como a confidencialidade, que garante a privacidade dos pacientes; a beneficência, que promove tratamentos visando o bem-estar do paciente; a não maleficência, que evita causar danos ou sofrimento; a autonomia, que respeita o direito do paciente em tomar decisões informadas sobre seu tratamento; e a justiça, que assegura um tratamento igualitário para todos os pacientes¹⁴.

A falta de padronização da nomenclatura da disciplina, a variabilidade na formação dos docentes e a carga horária insuficiente são barreiras que limitam o desenvolvimento de habilidades específicas para a atuação forense. Essas limitações sugerem a necessidade de ajustes curriculares e de uma política educacional mais consistente para assegurar que os profissionais saiam das

universidades com competências adequadas⁴.

A questão sobre a modalidade ideal para o ensino da disciplina de Odontologia Legal, seja presencial ou online, é um tema que merece atenção. As informações disponíveis indicam que a modalidade presencial é predominante, sendo frequentemente associada a um caráter teórico e burocrático, mas com a possibilidade de tornar o ensino mais dinâmico por meio de atividades práticas. Por outro lado, o Ensino a Distância (EaD) é considerado uma alternativa viável, embora reconheça que a disciplina se beneficia de aulas práticas presenciais⁹.

A metodologia *Problem Based Learning* (PBL), adaptada para o formato online, demonstrou boa aceitação entre os alunos, contribuindo para o aprendizado mesmo em um ambiente virtual. A escolha da modalidade ideal deve levar em conta fatores como recursos disponíveis, perfil dos alunos e objetivos de aprendizagem, além de garantir que a metodologia utilizada promova a participação ativa e a aplicação prática dos conceitos⁸.

A integração da Odontologia Legal como disciplina fundamental nos currículos de graduação é um passo importante para assegurar que essa área continue a se expandir e a contribuir para a formação ética e legal dos profissionais, beneficiando a sociedade como um todo⁸.

Ferramentas da cultura pop, como histórias em quadrinhos (HQs), podem ser utilizadas para inserir métodos ativos de ensino em áreas onde o ensino tradicional é mais comum. Um estudo avaliou a percepção de estudantes de Odontologia

Forense sobre a metodologia de aprendizado baseado em problemas (PBL) na modalidade online, utilizando HQs. Os resultados indicaram que 86,2% dos alunos concordaram que a metodologia foi estimulante e proporcionou um aprendizado sólido, e 84,5% concordaram que o PBL contribuiu para o desenvolvimento da autonomia do aluno. A utilização de HQs pode criar um espaço propício para a assimilação entre a teoria e os conceitos práticos. A literatura também sugere que HQs facilitam o aprendizado, a compreensão, o interesse e a curiosidade dos alunos¹⁵.

O ensino de ética e bioética na odontologia é crucial para garantir que os futuros cirurgiões-dentistas compreendam os aspectos ético-legais relacionados à manipulação e descarte de dentes humanos. A utilização de dentes humanos para ensino e pesquisa é uma prática antiga e necessária, mas que, em muitas instituições, ignora princípios éticos, legais e de biossegurança, incentivando a comercialização ilegal desses elementos. A Lei de Transplantes reconhece o dente como um órgão, necessitando de autorização para sua utilização, e o descarte inadequado, assim como o uso para ensino ou pesquisa sem descontaminação, apresenta riscos de contaminação. Portanto, a educação em ética e bioética é essencial para promover a conscientização sobre a importância da doação legalizada através de Bancos de Dentes Humanos (BDH), o descarte adequado de resíduos odontológicos, e a necessidade de submissão de pesquisas a comitês de ética¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de literatura permitiu avaliar como as faculdades de Odontologia no Brasil estão estruturadas em relação à disciplina de Odontologia Legal, considerando carga horária, formação docente e modalidade de ensino. Os achados revelam que, embora a maioria das instituições de ensino superior ofereça a disciplina, ainda há disparidades significativas no cumprimento da carga horária mínima recomendada pela Associação Brasileira de Odontologia Legal (ABOL), o que pode impactar a qualidade da formação dos futuros cirurgiões-dentistas.

Outro aspecto relevante identificado foi a qualificação dos docentes responsáveis pela disciplina. A presença de professores especialistas é um fator determinante para garantir uma abordagem aprofundada e integrada à realidade forense e jurídica, evitando a superficialidade no ensino. Contudo, a escassez de docentes qualificados e a integração da disciplina com áreas como

Ética e Bioética podem limitar o aprofundamento necessário.

Em relação à modalidade de ensino, a predominância do formato presencial reflete uma tendência consolidada, embora o ensino a distância (EaD) tenha sido apontado como uma alternativa viável. A adoção de metodologias ativas, como o *Problem-Based Learning* (PBL) e o uso de recursos interativos, pode contribuir para um ensino mais dinâmico e eficaz, otimizando o aprendizado dos estudantes.

Diante desses desafios, evidencia-se a necessidade de uma padronização curricular mais consistente, garantindo que todos os egressos dos cursos de Odontologia recebam uma formação sólida e alinhada às exigências da prática forense e jurídica. Além disso, políticas educacionais voltadas para a capacitação docente e para a ampliação da carga horária podem ser estratégias essenciais para fortalecer o ensino da Odontologia Legal no Brasil.

ABSTRACT

Legal Dentistry is an essential specialty in the education of dentists, equipping them to act ethically, technically, and legally. This study conducted a literature review to evaluate how Brazilian dental courses integrate this discipline into their curricula, focusing on aspects such as workload, faculty qualifications, teaching modalities (in-person or distance learning), and compliance with the Brazilian Association of Legal Dentistry (ABOL) guidelines. Findings reveal that, although most institutions offer the subject, disparities remain regarding the recommended workload and the standardization of program content. Additionally, the lack of specialized faculty poses significant challenges, potentially affecting the quality of teaching and its practical application. The integration of Legal Dentistry with related subjects, such as Ethics and Bioethics, while common, may hinder the depth required for comprehensive training. This study underscores the need for consistent educational policies and curriculum adjustments to ensure professionals are adequately prepared for forensic and legal challenges. It reinforces the importance of comprehensive training that supports ethical and technical performance by dentists in contemporary practice.

KEYWORDS

Forensic dentistry; Dental Curriculum. Curricular Guidelines.

REFERÊNCIAS

1. Gioster-Ramos ML, Silva ECA, Nascimento CR, Fernandes CMS, Serra MC. Técnicas de identificação humana em Odontologia Legal. *Research, Society And Development*. 2021;10(3):1. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13200>.
2. Silva RF, Franco A, Oliveira RN, Daruge Júnior E, Silva RHA. A história da odontologia legal no Brasil. Parte 1: origem enquanto técnica e ciência. *Rev Bras Odontol Leg RBOL*. 2017;4(2):87-103. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i2.139>.
3. Silva RF, Franco A, Matoso RI, Silva RHA. A história da odontologia legal no Brasil – Parte 2: origem enquanto disciplina e especialidade. *Rev Bras Odontol Leg RBOL*. 2017;4(3):67-88. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i3.149>.
4. Faria LV, Lopes DF, Medeiros YL, Pinheiro FA, Silva RHA. Ensino da odontologia legal nos cursos de graduação em odontologia: um estudo transversal da região sudeste brasileira. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(1):1. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol-v8n12021-304>.
5. Tavares Júnior RL, Andrade KS, Oliveira JJM, Silva FVD, Lima Júnior MAV, Batista MIHM. Análise da odontologia legal como disciplina obrigatória nas grades curriculares das faculdades de odontologia do Brasil. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(2):1. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol-v8n22021-369>.
6. Pinto PHV, Jacometti V, Barbosa ACS, Silva RHA. A odontologia legal no contexto de ensino da FORP-USP: um levantamento histórico. *Rev Bras Odontol Leg*. 2021;8(1):1. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol-v8n12021-301>.
7. Araujo IS, Duarte ECW, Barros BAC. Criação e impactos na formação do aluno da Liga Acadêmica de Antropologia Forense e Odontologia Legal - LAFOL/UFSC. *R Eletr Extensão*. 2024;21(48):90-99. <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2024.e92270>.
8. Castelan GC, Ribeiro JL, Souza LEP, Echevengá MVF, Barros BAC. A oferta dos conteúdos de odontologia legal no ensino superior do estado do Paraná. *Rev Bras Odontol Leg*. 2024;10(3):1. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol-v10n32023-493>.
9. Costa GLG, Martins BPA, Oliveira CAS. Odontologia legal: avaliação dos currículos dos cursos de graduação das faculdades de Minas Gerais. *Rev Bras Odontol Leg RBOL*. 2019;6(2):31-40. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v6i2.245>.
10. Melo CVM, Silva APAC, Alencar CLF, Lima JJB, Moreira MHBA, Ribeiro TBB, et al. Uso dos serious games no ensino superior: kahoot! em odontologia legal. *Research, Society And Development*. 2022;11(5):1. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.27940>.
11. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 803/2018: Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia. Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone. Aprovado em 5 dez. 2018. Publicado no D.O.U. de 17 jun. 2021.
12. Meireles DA, Pereira JGD, Silva RHA. Conhecimento dos estudantes de odontologia do estado do Amazonas a respeito do Código de Ética Odontológica. *Rev Bras Odontol Leg RBOL*. 2022;9(1):56-66. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol-v9n12022-398>.
13. Andrade RD, Falcão TN, Lima LNC, Santiago BM. Conhecimento e interesse em odontologia legal dos graduandos em odontologia da Universidade Federal da Paraíba. *Rev Abeno*. 2023;23(1):1819. <http://dx.doi.org/10.30979/revabeno.v23i1.1819>.
14. Custodio LRA, Brasil JN, Almeida DL, Castro-Espicalsky TL. Conhecimento de cirurgiões-dentistas e acadêmicos de odontologia sobre publicidade e propaganda odontológica. *Rev Abeno*. 2023;23(1):2056. <http://dx.doi.org/10.30979/revabeno.v23i1.2056>.
15. Moritsugui DS, Silva GN, Fujiwara FVG, Vassallo FNS, Santos LV, Balbino GS, et al. Aprendizado baseado em problemas utilizando histórias em quadrinhos na odontologia forense. *Rev Abeno*. 2023;23(1):1970. <http://dx.doi.org/10.30979/revabeno.v23i1.1970>.
16. Medeiros MCS, Costa ICC, Silva EM, Sales FCCF. Aspectos ético-legais que envolvem a manipulação de dentes humanos extraídos. *Rev Abeno*. 2021;21(1):1. <http://dx.doi.org/10.30979/revabeno.v21i1.1241>.